

## Objetivos do milênio e a extensão universitária: “re-construção” dos objetivos<sup>1</sup>

Duval Magalhães Fernandes<sup>1</sup> & Maria da Consolação Gomes de Castro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas. Prédio Emáus. Av. Itaú, 505/209. Bairro Dom Cabral. BH/MG. CEP 30.535-012. duval@pucminas.br.

<sup>2</sup> Cursos de Serviço Social e Enfermagem da PUC Minas. Av. Dom José Gaspar, 55. Bairro Coração Eucarístico. CEP 30.535-901. castroconsola@pucminas.br.

**ABSTRACT:** The scope of this article is threefold: to demonstrate how PUC-Minas tracked the activities of the Observatory of the Millennium Development Goals in Belo Horizonte city, to discuss the consequences of this process within the University, and to indicate possibilities of integrating such activities with those carried out under the Dean of the Extension Courses. For various reasons the framework designed in this text does not include all the viable activities developed by both MDG Monitoring and PUC Minas, but it is restricted to the experiences involving students and teachers of that Institution. The text main objective is to suggest ways for the (re)construction of a new vision of the Millennium Development Goals.

**Key words:** University. Millennium Development Goals.

**RESUMO:** A proposta deste trabalho é apresentar o acompanhamento, pela PUC Minas, das atividades do Observatório das Metas do Milênio (ODM) de Belo Horizonte e discutir os reflexos deste processo dentro da Universidade, indicando possibilidades da integração destas atividades com as desenvolvidas no âmbito da Pró-reitoria de Extensão. O quadro aqui apresentado, por diversas razões, não se refere ao conjunto das possíveis atividades realizadas pela PUC Minas e o Observatório ODM, mas se prende a experiências envolvendo alunos e professores da instituição, além de indicar possíveis caminhos para a construção de uma nova visão sobre as metas do milênio.

**Palavras-chave:** Universidade. Objetivos do Milênio. Extensão Universitária.

### OS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Na década de 1990, a Assembléia das Nações Unidas levou a cabo uma série de conferências internacionais que tinham por objetivo avaliar, em vários domínios, os avanços e gerar compromissos entre os países para o desenvolvimento social.

Segundo Pinheiro (2001), estas conferências vieram contribuir para a articulação de diversos temas na área social que avançaram no caminho proposto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, abrindo espaço para a construção de um novo patamar do diálogo entre as nações.

O ciclo de conferências durou, aproximadamente, sete anos, e teve início em 1990 com a Cúpula Mundial sobre a Criança, em Nova Iorque. Seguiram-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro, em 1992; a Conferência Internacional sobre População e

---

<sup>1</sup> Este texto é versão revisada do trabalho apresentado no VI Seminário da Pró-reitoria de Extensão/PUC Minas, realizado no segundo semestre de 2011.

*Sinapse Múltipla*, Betim, v. 1, n. 1, p. 56-67, jun. 2012.

Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995; a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, em 1995 e a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat – II) em Istambul, em 1996.

O formato das conferências, de uma maneira geral, seguia um padrão definido pelas Nações Unidas que, partindo de um documento de base (draft) preparado pelo secretariado da ONU, convidavam os países a uma reflexão prévia sobre os temas que seriam tratados. Em cada país, o usual foi a criação de um grupo de trabalho que discutia o documento apresentado pelo secretariado da ONU e preparava a posição do país a ser levada na conferência. Cada país tinha o compromisso de apresentar às Nações Unidas um relatório nacional sobre o que seria tratado na Conferência. Este relatório deveria espelhar a visão das autoridades sobre o tema e também conter algumas informações que permitissem avançar nas discussões quando dos debates.

No caso do Brasil, para cada conferência foi criado um comitê nacional que, dependendo do tipo de conferência, reunia os ministérios mais ligados ao tema e, em alguns casos, a participação da sociedade civil. A partir do processo preparatório da Conferência do Cairo, o Governo brasileiro adotou um processo de consultas que ampliou a participação da sociedade civil e permitiu a construção dos relatórios nacionais incorporando, também a visão da sociedade sobre o tema em debate.

Este processo, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e operacionalizado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) levou a realização de conferências nacionais que abordavam capítulos do documento de base proposto pelas Nações Unidas, cabendo a um representante da sociedade civil o papel de relator das discussões. Assim, o documento do Relatório Nacional Brasileiro não refletia somente a posição do governo, mas também de vários segmentos da sociedade.

O resultado das conferências era apresentado em relatório, ou plano de ação, aprovado pelos países presentes. As discussões partiam do texto proposto pelas Nações Unidas e chegam, via consenso, ao documento final, que é aprovado na assembléia de encerramento. Apesar do consenso, alguns países, podem, neste último momento, apresentar suas restrições ao documento. Por conta dos temas tratados em algumas conferências, como a saúde reprodutiva no Cairo, governos com posturas mais conservadoras têm dificuldades para concordar com os programas aprovados.

Estes documentos não representam em si um compromisso formal de cumprimento de metas ou mesmo da agenda proposta. Não são convenções a serem ratificadas, mas correspondem a um compromisso moral e indicativo de uma vontade das nações.

A Conferência Habitat II pode ser considerada um marco por conta do seu processo preparatório, pelo menos no Brasil, e no aspecto relacionado à participação da sociedade civil presente

no Fórum paralelo realizado concomitantemente à Conferência. Há que se considerar, também, que este evento representou um importante momento para a construção de indicadores relacionados ao desenvolvimento local. O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos propôs aos países participantes a construção de 30 indicadores-chave e um conjunto de nove indicadores qualitativos<sup>2</sup>, que relacionavam as diversas funções exercidas no meio urbano. No Brasil, quatro cidades foram selecionadas para a elaboração do quadro de indicadores, a saber: Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife. Essa iniciativa tinha o propósito de incentivar as administrações locais a utilizarem indicadores para o planejamento da ação pública, como também o de permitir a comparação entre cidades no ambiente internacional.

Assim, pela primeira vez, as Nações Unidas convidavam os países a refletirem sobre indicadores urbanos e apresentarem um quadro comparativo das suas cidades. Este pode ser considerado, juntamente com a criação do índice de Desenvolvimento Humano - IDH, no início da década de 1990, o marco inicial da difusão do uso de indicadores, em nível internacional, o que levará à ampla utilização desta ferramenta na avaliação de políticas, definição de metas e mensuração do nível de desenvolvimento local.

Inspirado em todo este processo de discussão da década de 1990, em setembro de 2000, as Nações Unidas, a ONU promoveu, em Nova Iorque, a Cúpula do Milênio, durante a qual 147 Chefes de Estado e de Governos de 191 países participaram da elaboração da Declaração do Milênio. Este documento aponta os valores fundamentais<sup>3</sup> norteadores da definição dos objetivos-chave para o milênio nos quais se destacam o compromisso pela paz, segurança e desarmamento; o desenvolvimento e a erradicação da pobreza; a proteção do ambiente comum; os direitos humanos, democracia e boa governança e a proteção dos grupos vulneráveis. O texto ainda aponta algumas metas que deverão ser atingidas até o ano de 2015.

A Declaração do Milênio levou, então, à construção de um quadro de objetivos que deverão ser observados nos primeiros anos do século XXI. São 8 objetivos<sup>4</sup>, abrangendo um total de 18 metas que deverão ser atingidas por meio da avaliação de 49 indicadores.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Condições de Moradia; Desenvolvimento e erradicação da pobreza; Gestão Ambiental; Desenvolvimento Econômico; Governança; e Cooperação internacional.

<sup>3</sup> Liberdade, Igualdade, Solidariedade, Tolerância, Respeito pela Natureza e Responsabilidade Comum.

<sup>4</sup> Objetivo 1 – Erradicar a Pobreza Absoluta; 2- Alcançar a Educação Primária Universal; 3 – Promover a Igualdade de Gênero, 4) Reduzir a Mortalidade Infantil, 5- Melhorar a Saúde Materna, 6 – Combater o HIV/SIDA, Malária e outras Doenças, 7- Garantir a Sustentabilidade Ambiental, 8 – Desenvolver Parcerias Global para o Desenvolvimento

<sup>5</sup> Para conhecer todas as metas e todos os indicadores, acessar: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php#>

*Sinapse Múltipla, Betim, v. 1, n. 1, p. 56-67, jun. 2012.*

Todos os países foram convidados a acompanharem as metas estabelecidas e, por meio de relatórios, apresentarem os avanços e apontar as dificuldades que encontravam para alcançar tais metas. Todas as agências das Nações Unidas incluíram em seu mandato estratégias para os países alcançarem as metas definidas. Em resumo, pela primeira vez na história da humanidade, a Declaração do Milênio permitiu o estabelecimento de uma cooperação mundial com objetivos comuns.

A proposta inicial possibilitou a elaboração de programas específicos, em âmbito regional e no dos países, para alcançar as metas do milênio e, no caso do Brasil, estes objetivos passaram a fazer parte de amplo leque de políticas públicas.

Da mesma forma que o país se organizava para o acompanhamento destas metas, gestores estaduais e municipais incluíam, em programas de governo, ações de claro compromisso com a Declaração do Milênio.

No caso da cidade de Belo Horizonte, a Prefeitura, em cooperação com a Agência Habitat das Nações Unidas, criou, em 2008, nesta cidade, o Observatório das Metas do Milênio.

## O OBSERVATÓRIO ODM DA PBH

Como indica a página do Observatório do Milênio de Belo Horizonte<sup>6</sup>, o processo de criação do Observatório tem início em 2006, quando a agência Habitat das Nações Unidas convida a Prefeitura, juntamente com mais 6 cidades da América Latina, a participarem do projeto-piloto “Localizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Os propósitos deste projeto eram:

- a) dar assistência aos municípios para obterem informações sobre ODMs, estabelecendo metas e sistemas de monitoramento sustentáveis que meçam seu progresso; b) desenvolver Planos de Ação para o cumprimento das metas e que estes sejam compatíveis com os planos de desenvolvimento local, mecanismos de gestão e orçamentos municipais já existentes; c) reforçar a capacidade das redes municipais e apoiar seus membros na localização dos ODMs em nível local. (NÚCLEO DE APOIO A POLÍTICAS PÚBLICAS, 2007 p. 4).

No referido projeto, representantes da sociedade civil, incluindo órgãos de classe e instituições de ensino, são convidados a estabelecer um compromisso de trabalhar em prol da criação do Observatório em Belo Horizonte. O primeiro protocolo de intenções assinado em 2006 é, em 2008, substituído por um convênio e plano de trabalho que podem ser considerados como marco da fundação oficial do Observatório.

---

<sup>6</sup> <http://observatoriodomilenio.pbh.gov.br/?q=antecedentes>

*Sinapse Múltipla, Betim, v. 1, n. 1, p. 56-67, jun. 2012.*

A coordenação do Observatório está sob a responsabilidade da Prefeitura, o que apresenta algumas vantagens para a realização de suas atividades, mas também, cria dificuldades que só são superadas pelo compromisso do corpo técnico do Observatório com as propostas de trabalho, já que as mudanças nos cargos políticos da instituição, nem sempre colocam a frente dos órgãos pessoas comprometidas com o projeto do Observatório do Milênio. Tal fato cria responsabilidades para os parceiros envolvidos em sua busca por mecanismos que possam contribuir para a garantia das atividades do Observatório.

Em 2010, juntamente com a publicação do 3º Relatório, o Observatório lançou a Cartilha Popular Belo Horizonte e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esta publicação marca o início de importante fase das atividades do Observatório que busca levar a todos os segmentos populacionais o conhecimento sobre as Metas do Milênio.

A parceria institucional<sup>7</sup> tem sido desenvolvida para a elaboração do Relatório de Acompanhamento dos ODMs para Belo Horizonte, a apresentação e avaliação de artigos para a Revista do Observatório do Milênio e, mais recentemente, para o acompanhamento das discussões sobre as Metas do Milênio nas comissões do Orçamento Participativo - OP. No caso da PUC Minas, há um esforço para estender a discussão das Metas do Milênio à comunidade acadêmica. Várias ações já foram realizadas; algumas são relatadas a seguir.

## **A PARTICIPAÇÃO DA PUC MINAS**

Há mais de 50 anos, a PUC Minas tem investido na Extensão como forma de apoiar comunidades em situação de vulnerabilidade, acreditou na graduação como caminho para a profissionalização de mais e mais jovens, reinventou-se na educação a distância, garantiu aos seus alunos e à sociedade um ensino de pós-graduação de qualidade, seja na especialização, no mestrado ou no doutorado. Assim, a Universidade reafirma seus objetivos: pesquisa e ciência, formação e humanidade, conhecimento e cidadania.

Acreditando no seu potencial e na sua capacidade para, em conjunto com outras instituições sociais, contribuir para cenários mais solidários e inclusivos, a PUC Minas se integra ao Observatório dos Objetivos do Milênio da Prefeitura de Belo Horizonte, em 2008, buscando participar efetivamente do processo de cumprimento das metas do milênio estabelecidas, a partir de ações significativas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e extensão. O ODM foi incorporado à PUC Minas por meio da Pró-

---

<sup>7</sup> Parceiros PUC Minas, UFMG, FUMEC, UNA, UNI-BH, FJP, Governo de Minas, FIEMG, Prefeitura de Contagem.

*Sinapse Múltipla, Betim, v. 1, n. 1, p. 56-67, jun. 2012.*

reitoria de Extensão, por se entender que a extensão se reveste de características de informalidade, sendo que, a todo o momento, pode exigir o intercuro de profissionais de diferentes especialidades, colocando seus saberes específicos a serviço da superação de determinada situação. Nesse sentido, é desafiador efetivar ações extensionistas num projeto que propõe ser uma rede de troca, produção, análise e disponibilização de informações de natureza urbana, social e econômica.

A PUC Minas é uma das responsáveis pela elaboração de textos analíticos e pelo monitoramento tanto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, quanto dos das Metas do Milênio, por meio da preparação dos relatórios. O Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio Belo Horizonte – 2008 e a Revista do Observatório do Milênio Belo Horizonte – 1ª edição, trouxe uma importante contribuição da Universidade para o segundo objetivo do milênio (Atingir o ensino básico universal). O trabalho apresenta o desdobramento da meta 3, que trata da garantia, até 2015, de que crianças de ambos os sexos concluam o ensino elementar. Segundo o relatório, Belo Horizonte é um dos municípios que apresenta os melhores indicadores educacionais de Minas Gerais. Assim, não terá dificuldade em atingir a meta no prazo previsto. Entretanto, mais do que jovens na escola, essa parceria pretende defender a formação de qualidade para esses cidadãos do novo milênio.

Considerando a relevância da temática dos objetivos do milênio foram realizados, em 2009, dois seminários na PUC Minas: o primeiro na Unidade da PUC Minas de Contagem (15/setembro/09) cuja organização ficou sob a responsabilidade dos Cursos de Geografia e de Serviço Social. Este seminário objetivava incorporar esses novos conhecimentos às disciplinas dos cursos, contando com a participação de docentes e discentes, além da equipe técnica do ODM/BH. Para a realização desse evento, foram feitos contatos com a Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Contagem que promoveu palestra sobre a discussão dos objetivos do milênio no Município de Contagem.

O segundo seminário, também organizado juntamente com a equipe da gerência do Observatório do Milênio de BH, aconteceu em 21 de outubro/09, na Unidade da PUC Minas em Betim, para divulgar o ODM com os resultados alcançados e as novas perspectivas. Enfatizava que as metas do milênio seriam voltadas para a área da saúde, envolvendo toda a comunidade acadêmica, visando a estimular a participação dos nossos docentes e discentes em projetos de pesquisas e outras atividades, ampliando, assim, a rede de grupos de interesse pelos objetivos do milênio. O público alvo foram alunos do curso de Enfermagem (especialmente 9º período) e dos outros cursos da área da saúde; Equipes das UBS – Unidades Básicas de Saúde e Centros de Saúde (campos da Prática de Enfermagem II, disciplina do Curso de Enfermagem); Conselhos Municipais e Locais de Saúde do Município de Betim. Participaram também, representantes de vários segmentos sociais do Município de

Betim, especialmente da Prefeitura. Vale ressaltar, ainda, que este seminário, integrou a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em Betim.

Os temas abordados em ambos os seminários foram: o pacto do milênio e a Universidade; síntese do relatório de acompanhamento dos objetivos do milênio (foco em educação e saúde) e as perspectivas de atuação conjunta (ODM, PUC Minas e Prefeituras), este último desenvolvido por técnica da Secretaria Adjunta de Planejamento e Coordenadora do ODM/PBH. A discussão sobre os temas provocou um profícuo debate entre os participantes e culminou em propostas de elaboração de projetos de intervenção e de pesquisa contemplando alguns dos objetivos do milênio. Estes estudos resultaram em ações extensionistas desenvolvidas nas UBS do município de Betim e focadas nos objetivos referentes à área da saúde, além de apresentados na modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Enfermagem/PUC Minas Betim.

Em 2010, o Curso de Serviço Social do Coração Eucarístico elegeu como tema da Semana do Assistente Social os oito Objetivos do Milênio, visando a estimular a participação dos nossos docentes e discentes em projetos de pesquisas e outras atividades voltadas para as metas do milênio. Estes objetivos trazem uma série de compromissos concretos que, se cumpridos até 2015, deverão melhorar o destino de toda a humanidade. Todavia, no referido evento, nem todos os objetivos foram discutidos e sim aqueles que caracterizavam os temas mais atuais e emergentes em meio ao contexto em que o profissional do Serviço Social transita. A temática central foi “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: histórico e perspectivas”. Outros três objetivos foram tratados: erradicar a extrema pobreza e a fome; garantir a sustentabilidade ambiental e igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres. Vale ressaltar que todos os oito objetivos foram apresentados em *banners* expostos no hall do anfiteatro da PUC Minas. A conclusão do debate destacou a importância da efetivação destes objetivos que, para serem alcançados, precisam da participação de toda a sociedade, fundamental por representar uma responsabilidade e uma conquista de todos.

A participação da PUC Minas neste processo segue ampliando, com o envolvimento de outras áreas da própria PROEX – Pró-reitoria de Extensão - e de cursos durante os quais tem se buscado contar com a participação de alunos nas atividades do Observatório. Ao mesmo tempo, é importante salientar que novas iniciativas estão em curso e poderão, em futuro próximo, ampliar a participação dos corpos docente e discente. Um destes desafios é a incorporação de novos segmentos populacionais no processo de discussão dos Objetivos do Milênio, experiência que vem sendo desenvolvida em parceria com o COMFORÇAS – Comissões Regionais de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo, como será descrito em seguida.

## A “RE-CONSTRUÇÃO” DAS METAS DO MILÊNIO – NOVAS EXPERIÊNCIAS

Um dos maiores desafios, quando se trata dos Objetivos do Milênio, além do cumprimento das metas é levar a discussão para a sociedade como um todo. Várias são as formas utilizadas, que passam pela publicação dos relatórios e seguem até a divulgação dos objetivos nos meios de comunicação de massa e nas campanhas de informação. No entanto, a população em geral, e, mais especificamente aqueles grupos mais vulneráveis, objeto final das políticas que visam a erradicar a pobreza e contribuir para atingir as metas estabelecidas, nem sempre tem um conhecimento, ainda que superficial, do que vem a ser os Objetivos do Milênio.

Ao mesmo tempo, em algumas regiões, como a cidade de Belo Horizonte, onde uma parte substancial das metas a serem atingidas em 2015 já foi ultrapassada, tentar discuti-las pode parecer completamente sem sentido. É importante notar que, se de um lado, os indicadores que foram construídos atendem às demandas acordadas entre os países, no plano local, alguns problemas precisam de atendimento emergencial e não são contemplados nas metas gerais definidas pela ONU.

O desafio que se coloca é: como construir um pacto com a população mais vulnerável de forma a se criarem mecanismos para o acompanhamento dos objetivos, e ter o apoio desta população para gerar um compromisso real com a cidade. Dessa forma, percebe-se que o conhecimento pode ser construído a partir da reflexão da realidade, do cotidiano e das experiências.

Em maio de 2011 o Observatório do Milênio, por iniciativa da Prefeitura, estabeleceu como meta a difusão dos Objetivos do Milênio junto a setores representativos da sociedade. A primeira experiência, ainda em curso, foi levar a discussão das Metas do Milênio para as reuniões das Comissões Regionais de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo – COMFORÇA, que se realizam mensalmente nas nove regionais da cidade.

Em 1993, o novo prefeito que tomava posse determinou o início do processo de consulta popular para a definição do uso de parcelas dos recursos públicos em obras de interesse da comunidade. O processo, conhecido como Orçamento Participativo-OP, vem sendo aplicado na capital a mais de 15 anos. A comissão que acompanha sua implementação nas regionais (COMFORÇA) é formada por lideranças locais e seus membros têm, na maioria dos casos, larga experiência no trato com o poder público. Por esta razão, este seria o grupo mais indicado para iniciar o diálogo com o Observatório nesta fase de ampliação dos debates sobre as Metas do Milênio. Trata-se de promover a reflexão sobre a importância do protagonismo participativo local para o cumprimento do pacto mundial, para a erradicação da pobreza extrema e a melhoria das condições de vida das populações. Até o



momento, foram realizadas sete reuniões e, até o final do mês de setembro, o ciclo de debates estará concluído.

A dinâmica das reuniões segue um roteiro previamente discutido pelos parceiros do Observatório e se constitui em uma apresentação geral dos Objetivos e de algum dos indicadores calculados para a cidade de Belo Horizonte. Como texto de referência é distribuído aos presentes a Cartilha Popular – Belo Horizonte e os Objetivos do Milênio. Em um segundo momento, os participantes são divididos em grupos de aproximadamente 15 pessoas, e a cada grupo é proposta a discussão de um ou dois dos objetivos. A discussão em grupo visa a construir um quadro da percepção dos presentes sobre o objetivo em discussão, tendo como linha de orientação as seguintes questões: a) como os Objetivos do Milênio são percebidos pela sua comunidade; b) a comunidade possui ações para contribuir para com os Objetivos do Milênio; e c) qual a ligação entre/o Orçamento Participativo e os Objetivos do Milênio.

Cada grupo, com o apoio de dois ou mais facilitadores, discute os Objetivos propostos e busca responder às perguntas. Assim os grupos constroem um quadro com as respostas que, ao final da discussão, é apresentado em uma plenária para todos os presentes. Além dos facilitadores, o processo de discussão é acompanhado por relatores, capacitados pelos técnicos do Observatório, que registram as discussões. Estes relatores são estudantes das instituições de ensino parceiras, inclusive da PUC Minas.

Apesar de ainda não concluídos, é possível fazer um balanço da série de encontros realizados até o momento. Independente da regional, as discussões têm mostrado um nível de participação muito ativa dos membros do COMFORÇA e, como seria de se esperar, um profundo conhecimento dos problemas da região. No entanto, por ser um fórum político, a maior dificuldade dos facilitadores é manter o foco nas questões que deverão ser tratadas, isto é, os objetivos definidos para cada grupo.

Em termos de conteúdo das discussões, pode-se perceber que, salvo em alguns casos, a maioria das pessoas entende que as metas definidas pelos ODMs já foram atingidas na sua comunidade, mas que há uma série de situações vulneráveis que necessitam ser tratadas. Tais situações são pertinentes em termos dos Objetivos do Milênio, mas não são contempladas nas suas metas. Por exemplo, o debate na Regional Norte sobre o Objetivo 7 (Garantir a Sustentabilidade Ambiental) no qual a discussão caminhou para a preservação de mananciais de água na região, manutenção de parques, em lugar de discutir os indicadores de saneamento que, no entender do grupo, não apresentava maiores problemas, ou o debate na Regional Leste durante o qual, em relação ao Objetivo 6 (Combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças) a discussão ficou restrita à dengue.

Estes fatos demonstram que há necessidade de se criar outra abordagem para os objetivos, que envolva as comunidades. A pergunta norteadora desta discussão deveria ser: que desenvolvimento queremos e que metas, na visão da comunidade, deverão ser perseguidas.

Uma forma de operacionalização desta proposta poderia ser, por exemplo, discutir a criação de metas por regional ou município que estariam em consonância com os ODMs e teriam nos membros da comunidade seus interlocutores ativos para o seu cumprimento. Os indicadores, que iriam verificar o cumprimento das metas, seriam construídos a partir da observação participativa com os membros das comunidades capacitados para identificar, no campo, os componentes dos índices. Estes indicadores poderiam ser empregados para definir as obras a serem apoiadas pelo OP e, com isso, contribuir para que, na comunidade, as metas dos ODMs fossem atingidas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A definição dos Objetivos do Milênio foi a expressão maior dos resultados das conferências das Nações Unidas realizadas na última década do século passado. O conjunto de objetivos, de metas e de indicadores, aponta para a construção de um mundo melhor a ser oferecido às gerações futuras.

Como um projeto que visa a incorporar todos os países em um mesmo conjunto de objetivos e metas, há sempre dissonâncias que são próprias dos estágios de desenvolvimento de cada sociedade. No entanto, como projeto global, estas diferenças devem ser respeitadas, mas a busca por um denominador comum impõe, aos mais avançados, restrições para a definição de metas próprias que, muitas vezes, são únicas, tendo em vista as disparidades regionais.

Quando estes objetivos são trasladados para áreas menores, como estados ou cidades, fica maior o desafio de ajustar realidades locais a propostas supranacionais. No tecido intramunicipal, estes pontos são de extrema complexidade, pois além da perda da relação com as metas maiores propostas pelas Nações Unidas, no microcosmo municipal, sem divisas rígidas das fronteiras, a diversidade de situações impõe aos pesquisadores e gestores públicos adaptações e a busca de alternativas na tentativa de fazer chegar às comunidades o conhecimento sobre os Objetivos do Milênio, suas metas e indicadores.

No plano dos Objetivos, por conta da sua universalidade, não há maiores problemas no contato com as comunidades. No entanto, quando se trata das metas e dos indicadores, as definições que atendem à demanda das nações não têm reflexo ou mesmo parâmetro junto à população mais carente, quer porque não dizem respeito à realidade local ou porque, naquele micro-cosmo intra-urbano, estas

metas já teriam sido atingidas e ultrapassadas. Assim, urge procurar um caminho que possa incorporar novas realidades e, ao mesmo tempo, levá-las a contribuir para atingir os Objetivos do Milênio.

Sen (2000), ao tratar da questão do desenvolvimento econômico, chama a atenção para alguns conceitos que são de fundamental importância para se atingir o pleno desenvolvimento. Em sua proposta, “funcionamentos e capacidades” que, em última análise poderiam ser entendidos como a liberdade de criação de arranjos das possibilidades, aliam-se para contribuir para o avanço das sociedades. Quanto maior forem as possibilidades ou a liberdade de escolha, maior será o senso de desenvolvimento.

Nesse sentido, e buscando adequar estas idéias à discussão dos Objetivos do Milênio, um caminho possível seria buscar compor na comunidade um leque de metas e indicadores que poderiam contribuir para atingir os ODM, mas dentro de um processo democrático e de apropriação local do conhecimento e dos Objetivos.

Estas metas poderiam ser comuns desde que decididas nas comunidades, ou únicas para cada uma; o importante é o compromisso e a “leitura” dos Objetivos pelas comunidades.

Ao se perder a comparabilidade internacional, ou mesmo intra-regional, ganha-se na apropriação dos Objetivos e na possibilidade, desta feita real e palpável, de levar o desenvolvimento social às comunidades e caminhar para a construção de compromissos, não só de países, mas também de pessoas e, por que não, da humanidade.

Ao participar da construção, divulgação e partilha dos saberes produzidos no processo do ODM/BH, a PUC Minas torna-se um espaço rico e, ao mesmo tempo, complexo de interações sociais. A comunidade acadêmica: direção, professores, alunos e demais funcionários estão inseridos num contexto mais amplo que engloba a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais. Fazendo parte dessa realidade, como instituição tem compromissos éticos com a melhoria da qualidade de vida e com a articulação de políticas públicas que privilegiem relações mais justas e equilibradas entre os seres humanos e a natureza. O tempo em que a academia ficava na torre de marfim a observar a sociedade por binóculos parece ter chegado ao fim. Não há mais espaço para tentar fazer entender o outro, a complexidade da ciência, sem a preocupação pela condição social e humana de cada um. Não existe mais o objeto de estudo longe da realidade e analisado na frieza dos laboratórios, onde cientistas estão mais preocupados com a quinta casa após a vírgula, do que com o significado dos números inteiros. Urge, pois criar mecanismos para ouvir a sociedade e, assim, construir, em conjunto, um desenvolvimento humano, integrado e sustentável.

Os Objetivos do Milênio apresentam-se como oportunidade ímpar para gerar, junto às comunidades, experiências novas de entendimento e observação participativa da realidade. À Universidade caberá captar essas demandas e capacitar a comunidade de forma a gerar instrumentos para a construção de um futuro melhor.

## REFERÊNCIAS

FERNANDES, Duval; VASCONCELOS, Idamila. Proposta para a inserção da variável migração em sistemas de indicadores municipais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, ano 3 jul./set. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000300011&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300011&lng=pt)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

NÚCLEO DE APOIO A POLÍTICAS PÚBLICAS. **Um Guia para a localização dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODMs)**. São Paulo: NAPP, 2007. Disponível em: <<http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/PNUD-ObjetivosdoMilenio.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

OBSERVATÓRIO DO MILÊNIO DE BELO HORIZONTE. **Relatório de Acompanhamento Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2010**. Disponível em: <<http://observatoriodomilenio.pbh.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

PINHEIRO, Paulo S. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Prefácio de José Augusto Lindgren Alves. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Objetivo de desenvolvimento do milênio**. Brasília, 2000. <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php>>. Acesso em: 09 jun. 2011

REVISTA DO OBSERVATÓRIO DO MILÊNIO DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte: Observatório do Milênio de Belo Horizonte, 2009-

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.